

EUA e ONU querem direito à saúde sexual como dever estatal; Brasil resiste

[\(UOL | 20/06/2021 | Por Jamil Chade| Acesse a matéria completa no site de origem\)](#)

Cresce a pressão internacional para tentar impedir que as políticas de direitos humanos defendidas pelo governo de Jair Bolsonaro e aliados ultraconservadores ganhem espaço nos organismos multilaterais.

Durante a sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, que inicia nesta segunda-feira (21), documentos e ações serão apresentados pelo estipulando medidas que vão no sentido contrário ao que a ala mais radical do bolsonarismo vem adotando no Brasil no que se refere às mulheres. Os textos defenderão o direito à saúde sexual e reprodutiva como “parte integrante do direito à saúde”.

Ao mesmo tempo, o governo de [Joe Biden](#) pretende aprofundar sua aliança com governos ocidentais e democracias para promover a ideia de que educação sexual e direitos reprodutivos devem ser defendidos. A meta é a de frear uma tentativa deliberada da extrema-direita mundial de redefinir o conceito de direitos humanos.

Desde o início do governo de [Jair Bolsonaro](#), o Brasil modificou sua postura nos debates internacionais e passou a combater qualquer resolução e textos na ONU que façam referências à educação sexual ou direitos reprodutivos. A oposição a tais temas passou a ser uma das bandeiras internacionais de Damares Alves, chefe da pasta de Direitos Humanos no Brasil.

[Acesse a matéria completa no site de origem](#)